

JOSE ANTONIO GAZIMBA SIMAO

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO ECOLOGICO DA COMUNIDADE

AGRICOLA DO CIBORRO.

EVORA

1990

JOSE ANTONIO GAZIMBA SIMAO

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO ECOLOGICO DA COMUNIDADE

AGRICOLA DO CIBORRO.

Dissertacao apresentada para obten_
cao do grau de Mestre em Ecologia
Humana pela Universidade de Evora.



86983

EVORA

1990

INDICE

INTRODUÇÃO pag.2

I- GENESE DE FORMAÇÃO DE UMA COMUNIDADE RURAL

1-Alentejo, Latifundismo e Conflitos
da terra pag.6

2-Os Pioneiros do Ciburro pag 14

II- A COMUNIDADE DO CIBORRO VISTA NA PERSPECTIVA DAS CIENCIAS SOCIAIS

1-A demografia pag 28

2-Comunidade e Interações
sociais pag 31

III- O PONTO DE VISTA DA ECOLOGIA HUMANA

1- Realidade física e social e
abordagem ecológica pag 57

INTRODUÇÃO

Não é novidade para ninguém que o Alentejo vive uma realidade difícil. Praticamente um terço do território do País vive adormecido e marginalizado dos centros de decisão, da comunicação social. Apesar de nos últimos anos o mundo agrícola desta região ter sofrido algumas alterações importantes a verdade é que não há milagres na história. Embora aparentemente a ninguém interesse, é necessário afirmar que há no Alentejo bolsas humilhantes de pobreza e desemprego. As etapas históricas fundamentais podem ser aceleradas, através de incentivos e políticas de apoio correctas, não pura e simplesmente ignoradas. Não se pode passar de uma realidade e mentalidade quase pós-feudal para a ponta cultural de vanguarda do sec. XX. O latifundismo, a ignorância e a pobreza são adversários que só serão derrotados por um total empenhamento de todos. A nova situação geopolítica portuguesa vem colocar ao País importantes questões, uma vez que se desconhecem ainda totalmente as consequências da integração Europeia num espaço aberto, bem como todas as interacções daí resultantes. Se deveremos estar apreensivos, atentos e intervenientes como País, em relação à situação que vamos, já amanhã, começar a viver, muito mais o deveremos estar em relação ao Alentejo, uma vez que é, sem dúvida, o elo mais fraco da nossa cadeia.

Que estratégia para o Alentejo? -Eis a questão. É fundamental neste momento romper a barreira do "Tudo vai bem". Quanto mais depressa assumirmos colectivamente a realidade de que um terço do País continua praticamente sem perspectivas de desenvolvimento, e que a integração num espaço aberto e desenvolvido tem consequências graves, ainda não completamente conhecidas, mais depressa definimos a nossa estratégia. O pequeno contributo desta dissertação pretende integrar-se nesta necessidade. Identificação dos bloqueios que têm impedido as possibilidades de modernização e desenvolvimento do Alentejo.

Mas vamos fazê-lo pela positiva. O presente trabalho pretende fazer luz sobre uma pequena comunidade rural dinâmica no coração do Alentejo: a Aldeia do Ciborro. Porque razões principais a Aldeia do Ciborro emerge num mar doente e atrofiado? Porque razões hoje o Ciborro, criado em 1900, possui indicadores de prosperidade, a todos os níveis, enquanto, por exemplo, S.Geraldo e Lavre, comunidades vizinhas antiquíssimas, que já foram inclusivamente sede de Freguesia e de Concelho, respectivamente, se encontram em estado de marasmo e letargia? Porque razões é que a Cooperativa Agro-pecuária do Ciborro é considerada modelo em Portugal, atravessando quase todas as Cooperativas Agrícolas de comunidades vizinhas graves problemas de sobrevivência?

Ao fim e ao cabo, a responsabilidade do sucesso e da prosperidade encontra-se nos variantes ou nos invariantes? Na mão e inteligência dos homens, ou antes em especiais condições ambientais, agrícolas ou climatéricas? Será que há uma capacidade de suporte para o Alentejo, que por ter sido ultrapassada, se fez sentir nas grandes migrações das gerações de 60 e 70 para a zona da grande Lisboa?

Pretende-se no presente trabalho, tanto quanto possível, ultrapassar a visão sectorial e disciplinar. A base metodológica utilizada tende para a interacção permanente, porque só aí poderemos encontrar as respostas de que necessitamos.

Nesta linha de exposição pretende-se conhecer as variáveis fundamentais. A partir daí, identificar os factores mais significativos, bem como as suas interrelações. Finalmente pretende-se esboçar alguns cenários e, se possível, projectá-los. Como é evidente, a entrevista e a observação participante são caminhos susceptíveis de se salpicarem de subjectivismo. Questões como esta não podem ser indiferentes a ninguém. Ao fim e ao cabo, a tentativa de compreensão da comunidade Ciborro, bem como de outras, não poderá ser já o estudo laboratorial do global?

Depois do estudo da génese histórica da nossa comunidade no contexto de crise agrícola e social,

particularmente sensível, que a viu nascer, pretende-se identificar os elementos estruturais que lhe deram contornos e sentido de orientação, uma vez que é através desse caminho que poderemos compreender a sua dinâmica global, nomeadamente características culturais do seu nicho espacial e físico.

Gostaria finalmente de agradecer à população do Ciborro, particularmente aos seus filhos Rui Bento, José Mateus, Anastácia Salgado e Francisco Silva (este adoptivo).

I- GENESE DE FORMAÇÃO DE UMA COMUNIDADE RURAL

1. Alentejo, Latifundismo e Conflitos da Terra

O Alentejo continua a aguardar a sua hora. Ainda não se encontrou. Terra de potencialidades e pobreza, zona de ilhas de solo fértil no meio da vastidão de solos marcados por profunda erosão, rico em energia solar, mas escasso em água que o possa fertilizar, com um subsolo cheio de potencialidades, que só agora começa a produzir riqueza, possuidor de um invejável Património Cultural, marcado por várias civilizações, o Alentejo é hoje uma região profundamente marcada pelo fantasma da desertificação. Os 22 habitantes por km² e o seu retrocesso demográfico fazem desta região uma zona para ser votada a todos os esquecimentos.. Por outro lado, a escassez de matéria orgânica, a reduzida espessura e a pequena capacidade de armazenamento de água, são características de grande parte dos seus solos. Perde-se no tempo o tempo que esta região é a terra do improvisado, da monocultura, do absentismo. O Sistema Agrário que desde sempre aqui tem sido dominante é o Latifundismo. Este fenómeno tem sido muito estudado na Península. Essencialmente, trata-se de uma concentração da propriedade e de uma sub-valorização do solo.

Já no sec. XVIII, em 1655 o Chantre da Sé de Evora,

Manuel Severim de Faria afirmava, num texto intitulado "Remédios para a falta de gente no Reino", que uma das grandes razões para o despovoamento da região era "...a de todo o Alentejo estar dividido em herdades - e as mais delas são muito grandes - das quais os Lavradores não são Senhores mas sómente arrendadores". Identifica-se geralmente este Sistema Agrícola como uma forma de exploração caracterizada pela extensidade dos sistemas de produção adoptados, produções vegetais e pecuárias muito insuficientes, subutilização da mão de obra disponível num contexto social de dominação. "Em primeiro lugar o gigantismo empresarial, expresso sempre em bastantes milhares de ha em termos de área explorável. Em segundo lugar acentuada extensidade do sistema de produção, traduzidos em indicadores como:

- 1- Descontinuidade no tempo de tais sistemas, rotações com poucas folhas semeadas e longos períodos de pousio.
- 2- Produções animais e vegetais por unidade de superfície muito aquém do que permitem os limites ecológicos.
- 3- Fraca absorção anual de mão de obra e de capital por unidade de superfície.

4- Extensa irregularidade estacional de tal utilização, com curtos períodos de emprego intenso.(1)

Uma pequena reflexão sobre esta questão permitirá concluir que a exploração latifundiária utiliza predominantemente técnicas produtivas atrasadas e desfasadas em relação ao espaço e tempo onde se situa..Na lógica de competitividade dos organismos económicos, esta situação gera prejuízo na sua própria rentabilidade uma vez que os recursos existentes não são aproveitados convenientemente. Enquanto uma exploração ajustada ao actual momento histórico compreende a importância do investimento e das tecnologias em uso, como forma de reprodução do capital, o latifundismo quer apenas aproveitar a economia natural com muito pouca intensidade de capital e energia. Trata-se de tentar colher os benefícios possíveis com o mínimo de investimentos sem nenhum esforço empresarial. A atitude de uma lógica e outra acaba por ter a mesma intenção final: colher o máximo de lucros possíveis, por omissão ou por acção. A atitude cultural e informativa, bem como os meios e instrumentos utilizados é que se encontram nos antipodas. Da mesma forma que uma atitude vê a força de trabalho com paternalismo, benevolência, sentimentos piedosos e dirige por interposta pessoa(2), outra vê o trabalho

funcionalmente num sistema integrado onde é necessário introduzir mecanismos de gestão equilibrada, estímulo e recompensa. Mas esta questão não se resume apenas a um problema cultural e sociológico. Teremos que enquadrá-lo no contexto de complexidade que o caracteriza: Numa agricultura pouco capitalizada em que se registam grandes áreas exploradas por trabalhadores assalariados, a produtividade marginal do trabalho tem tendência a fixar-se abaixo do salário vigente. Por essa razão, os proprietários não estão interessados em intensificar a produção para atingir o pleno emprego. Daqui resulta uma situação paradoxal: homens sem terra e terra sem homens. Eugénio Castro Caldas, (3) coloca esta questão da seguinte forma " A parcela do território entregue a empresa latifundiária, muito vasta e fortemente regionalizada, nem consegue assegurar o abastecimento cerealífero... Tal empresa não encontrou sequer uma eficácia económica em termos nacionais, o que, aliás, nunca justificaria o efeito monopolizador dos recursos fundiários que sempre tem exercido junto de populações condenadas a uma situação proletária".

Fácilmente se poderão apontar algumas consequências deste quadro agrário e social:

- Subdesenvolvimento Regional. Região quase por completo marginalizada do processo de industrialização.

- Concentração Fundiária.
- Situação social de conflito. O latifundismo cria conflito e desemprego.
- Má valorização do solo agrícola.

Sociologicamente, o latifundismo é uma estrutura socioeconómica gerada pela acção estruturante da propriedade da terra sobre as comunidades onde existe o predomínio de explorações agrárias em grande extensão. Cria sobre elas um sistema local de dominação, sob formas concretas ou simbólicas, exercido por proprietários que monopolizam os meios de produção agrários através de relações sociais e económicas de dependência. "Os esforços dos latifundiários com vista aumentarem a distância entre si próprios e o resto da população têm origem na necessidade que sentem de justificar a posse da terra e a proeminência da sua situação, independentemente dos acidentes históricos recentes. Para tanto, os títulos aristocráticos, se fossem aceites na ordem natural da sociedade, constituiriam a justificação mais formalizada... Houve um latifundiário que alterou a grafia do seu nome para lhe dar um cunho mais aristocrático. Usam-se anéis com duvidosa legitimidade. A genealogia, observou um latifundiário, é uma ciência maravilhosa. Basta mentir uma vez.(4)

As minorias que controlam a maior parte da terra,

tendem a converter-se em oligarquias locais que monopolizam a administração, tendo nas suas mãos os destinos da comunidade através da criação de um sistema repressivo e selectivo do controle do mercado de trabalho. Na raiz da mentalidade latifundista, encontra-se subjacente a convicção profunda de que a posse da terra é uma forma específica de influir decisivamente no controle social e político do comportamento dos indivíduos e dos agregados humanos da sua área de influência.

"Agricolamente, económicamente, socialmente, moralmente, não há razões válidas para justificar a manutenção de empresas latifundiárias."(5)

Há no entanto outras definições, menos ortodoxas, de latifundismo. Vejamos uma de José Saramago "... Porém, umas quantas regras empíricas e comprovadas pela experiência dos séculos, ajudam a compreender melhor estes casos.

Depois da terra, a primeira coisa que Lamberto precisa é de um feitor. O feitor é o chicote que mete na ordem a canzoada. É um cão escolhido entre os cães para morder os cães. Convém que seja cão para conhecer as manhas e as defesas dos cães. Não se vai buscar um feitor aos filhos de Norberto. Alberto é Humberto, feitor é primeiro criado, com privilégios e benesses na proporção do excesso de trabalho capaz de arrancar à canzoada... A

grande e decisiva arma é a ignorância. E bom, dizia Sigisberto no seu jantar de aniversário, que eles nada saibam, nem ler, nem escrever, nem contar, nem pensar, que considerem e aceitem que o mundo é o único possível, tal como está, que só depois de morrer haverá paraíso, o padre Agamedes que explique isto melhor, e que só o trabalho dá dignidade e dinheiro, porém não têm que achar que eu ganho mais do que eles, a terra é minha...".(6)

A terra Alentejana é pobre. Segundo dados do MAP, Divisão de Estatística da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, apenas um terço das suas terras possuem aptidão agrícola. O somatório das Categorias A+B+C das capacidades de uso do solo:

A	112197ha- 4,3%
B	267507ha-10,1%
C	490862ha-18,6%
A+B+C	870566ha-33%
D	678964ha-25,7%
E	1051514ha-39,8%

Como se pode verificar a vocação maioritária das terras existentes é a silvo-pastoril ou florestal-65,5%

Depois de uma caracterização genérica da realidade física, económica e social da história do Alentejo, fixemo-nos agora na compreensão de uma experiência diferente. Não vale a pena aprofundar, nem vem neste

contexto a propósito, a história económica e social do Alentejo, inclusivamente porque é hoje conhecida. Uma classe dirigente, salvo honrosas excepções, inculta e retrógada, num universo físico e agrícola pobre, caracterizado por todas as consequências que a mentalidade latifundista deixa poressupôr. A reflexão que nos interessa agora particularmente aqui fazer é outra. A reflexão do Alentejo repensado como terra de futuro e não como terra sempre adiada. Será que numa região que passou à margem da industrialização, que se debate com consequências e dramas conhecidos como o envelhecimento, desemprego e interioridade não poderemos encontrar comunidades dinâmicas e equilibradas?

2- OS PIONEIROS DO CIBORRO

A actual estrutura de posse da terra assenta nos princípios estabelecidos pela grande Reforma da Estrutura Juridica e Administrativa do Paiz, consequência da Revolução Liberal. Os principais objectivos desta alteração da estrutura fundiária visaram defender os direitos dos proprietários individuais e aumentar a produção, objectivos que se podem considerar genericamente conseguidos. Como forma de concretizar estes objectivos foram tomadas uma série de iniciativas, sob a forma legislativa, nomeadamente:

-Abolição dos morgadios, sendo consequentemente a propriedade igualmente dividida por todos os herdeiros.

-Redução e simplificação do sistema de impostos. Essencialmente pretende-se estimular os proprietários activos e penalizar os passivos.

-Repartição das terras comunais.

-Venda em hasta pública de extensas áreas, sobretudo no Sul de Portugal, que haviam pertencido a Ordens Religiosas, à Coroa e à Nobreza, muitas das quais se encontravam por cultivar ou mal aproveitadas.

Históricamente esta profunda alteração fundiária, que sobreviveu até aos nossos dias, passando pela Monarquia Constitucional, I e II Repúblicas, ficou conhecida como o fim do "ancien regime".

Como consequência desses acontecimentos em 1870, António Ferreira dos Anjos, de Ferreira do Zêzere, adquire à Marquesa do Lourical a Herdade do Paço no Concelho de Montemor-o-Novo, que por sua vez a tinha adquirido em 1841 ao Convento dos Cônegos de S. João Evangelista. António Ferreira dos Anjos, de origem humilde, vendia fazendas (chitas, riscados e nastos), conjuntamente com outra quinquilharia nas ruas de Lisboa. A Herdade do Paço, de entre outras que então comprou, era constituída por sete montes de habitação, sendo um deles o Monte do Ciborro. Sua filha, Guilhermina dos Anjos, casou por volta de 1874 com o Eng. Luis Pereira Jardim, que mais tarde adquiriu o título de 1º Conde de Valençãs.(7) Registe-se que este casal se fixou na Herdade onde edificou um majestoso Palácio ao que nos referem várias fontes, projectado por Eiffel, o que não podemos confirmar, e que assenta numa impressionante estrutura em arcos. Registe-se que o Palácio, em assinalável estado de conservação, é testemunho do início de uma época da arquitectura Portuguesa e Europeia e foi adquirido em 1974 por um pequeno proprietário. Cerca de 1887 foram feitos os primeiros aforamentos da Herdade do Paço, precisamente nos terrenos contíguos ao Monte do Ciborro. Aforamentos traduzidos em parcelas de terra de cerca de 300 m² para construção urbana e cerca de 2ha para exploração agrícola.

Foram os seguintes os fundadores da Aldeia:

Miguel Filipe (Nelas)
Manuel Marques (Lavre)
Custódio Tadeia (Lavre)
Joaquim Pintor (S.Geraldo)
José Safaneta (Mora)
Manços Belga (Brotas)
António Neno (Ansião)
Custódio Facas (Montemor)
Manuel Garcia (Coruche)
Manuel Mestrinho (S.Geraldo)
Vicente Cacilhas (S.Geraldo)
Custódio Grades (S.Geraldo)
Joaquim Pina (S. Geraldo)
Manuel Ferreira (Brotas)
Tiago dos Anjos (Carregal do Sal)
Marcelino Iria (s.Geraldo)
Jerónimo Carapinha (Boa-Fé-Evora)
João Homem (S. Geraldo)
Luís Mestrinho (Coruche)
Gabriel Garcia (S.Geraldo)
José Paulo (Lavre)
Manuel Prisco (S.Geraldo)
Custódio Canelas (S.Geraldo)
António Taveira (Peso da Régua)

Custódio Frescata (Peso da Régua)

Manuel Ganhão (S.Geraldo)

Augusto Ricardo (Brotas)

Manuel Bernardo (S. Geraldo)

António Mestrinho (S.Geraldo)

Manuel Relvas (Coruche)

Heliodoro Garcia (S.Geraldo)

Os primeiros foreiros foram predominantemente Alentejanos, dos quais 21 de localidades vizinhas (S.Geraldo, Lavre e Brotas). Assinale-se curiosamente também a presença de cinco beirões.

Depois de feitos os aforamentos, começaram a construir as primeiras casas. Assim nasceu a Aldeia do Ciborro por volta de 1900. Aldeia avançada para a época, uma vez que se construíram ruas largas, imitando a arquitectura pombalina - casas alinhadas em ruas geometricamente marcadas a uma distância de 8m. Registe-se que algumas marcações originais da rua, feitas pelo Taveira, pioneiro da Régua e um dos homens que mais se distinguiu, ainda são visíveis. Uns anos mais tarde ali se fixaram mais dez famílias alentejanas de localidades próximas, como resultado de novo aforamento já realizado pelo II Conde de Valenças.

Leite de Vasconcelos refere-se a este facto na Etnografia Portuguesa. "Não cessou em tempos modernos o costume de ricos magnates fundarem povoações por

enfiteuse. Por exemplo, dentro da vasta herdade da Herdade do Paço, concelho de Montemor-o-Novo, freguesia de S. Gens & S. Geraldo, pertencente aos Srs. Condes de Valenças, existe, num recanto um monte, ou casa de campo, chamado do Ciborro ou Siborro, em volta do qual, nos inícios do sec XX, (por volta de 1902), o 1º Conde de Valenças, seguindo tradições, como vimos, muito Alentejanas, começou a fazer aforamentos a várias pessoas de povoações de localidades próximas e de outros montes de herdades vizinhas, aforamentos que consistiam no seguinte: O Sr Conde aforava a cada individuo um terreno de dez metros de frente e trinta metros de fundo, para casa de habitação e quintal, aquele com saída para uma estrada pública: e a cada foreiro, logo que construísse a casa, assistia o direito de também receber de aforamento outro terreno maior para seara, um ha ou mais, dentro da mesma Herdade do Paço, e perto do Ciborro... O Sr. Conde procurava deste modo facilitar condições de vida a gente pobre daqueles sitios.

O Sr. Conde 2º continuou fidalgamente a pôr em prática a boa ideia do Pai, e mandou traçar um plano de aldeia, a qual a pouco e pouco se foi formando; e dizem-me que ao presente (1931) conta já cento e tal fogos...

A nova aldeia foi posto oficialmente o nome de Vila Nova de Valenças, mas o povo, que nem sempre se regula por coisas oficiais, e ás vezes só pelo seu critério ou

gosto, continua a chamar-lhe Ciborro, e assim vem no censo das povoações (1911), pag.153A." (8)

Como Leite Vasconcelos refere, a família Valenças, no início, baptizou a nova localidade com o nome de Vila Nova de Valenças, no entanto, numa prova da sua independência de sempre, em relação aos proprietários, característica que ao longo dos noventa anos tem sido mantida, os pioneiros continuaram a chamar à sua aldeia Ciborro, nome que ainda hoje possui.

Registe-se que para além do humanismo do aristocrata, tão elogiado por Leite Vasconcelos, a família Valenças também teve as suas contrapartidas devidamente calculadas, nomeadamente através do povoamento de uma região desértica, bem como rendimentos económicos produzidos por uma região que praticamente não tinha valia agrícola, para além do desbravamento de campos e rendimentos dos aforamentos muito superiores, e sem qualquer investimento, aos que seria de esperar com a exploração agrícola por conta própria. Não desprezando os sentimentos humanistas dos Valenças teremos que concluir que tiveram uma acção de génio e de antecipação aos valores que mais tarde se desenvolveram: Não perderam o direito à terra e produziram rendimentos, numa zona sem valia agrícola, muito superiores aos dos seus colegas proprietários.

Os pioneiros referidos, fundadores da comunidade, eram uma curiosa miscelânea de Alentejanos e Beirões, ao que apuramos, presumivelmente de origem ratinha que para ali se deslocavam. Grande parte deles, sobretudo aqueles que mais se distinguiram, eram homens que possuíam a quarta classe. Os ratinhos ficaram célebres no Alentejo por muitas razões. Provenientes da Beira aqui vinham trabalhar. Silva Picão refere-se a estes homens da seguinte forma: "Apreciados como ceifeiros, os homens da Beira revelam resistência e aptidões incomparáveis. Pode-se considerá-los escravos do trabalho, que exercem com assombroso desembaraço, sob os rigores do sol estival e à mercê de privações de toda a ordem... Num inabalável propósito de severa economia, praticam actos de extrema sovínice. Antes, nas tabernas associavam-se aos três e quatro, para, em comum, beberem um quartilho. Hoje, estão menos forretas. No entanto, afirma-se que um cigarro lhes dá fumadas para dois ou três..."(9) José Saramago dá-nos uma outra visão, quiçá complementar, dos mesmos ratinhos, "Estão agora dois grupos de trabalhadores frente a frente, dez passos cortados os separam. Dizem os do Norte, Há leis, fomos contratados e queremos trabalhar. Dizem os do Sul, Sujeitam-se a ganhar menos, vêm aqui fazer-nos mal, voltem para a vossa terra, ratinhos. Dizem os do Norte, Na nossa terra não há trabalho, tudo é pedra e tojo, somos beirões, não nos chamem ratinhos, que é

ofensa. Dizem os do Sul, são ratinhos, são ratos, vêm aqui para roer o nosso pão. Dizem os do Norte, temos fome. Dizem os do Sul, também nós, mas não queremos sujeitar-nos a esta miséria, se aceitarem trabalhar por esse jornal, ficamos nós sem ganhar. Dizem os do Norte, A culpa é vossa, não sejais soberbos, aceitai o que o patrão oferece, antes menos que coisa nenhuma, e haverá trabalho para todos, porque sois poucos e nós vimos ajudar. Dizem os do Sul, É um engano, querem enganar-nos a todos, nós não temos que consentir neste salário, juntem-se a nós e o patrão terá de pagar melhor jorna a toda a gente. Dizem os do Norte, Cada um sabe de si e Deus de todos, não queremos alianças, viemos de longe, não podemos ficar em guerras com o patrão, queremos trabalhar. Dizem os do Sul, Aqui não trabalham... Dizem os do Norte, trabalhamos, nós aceitamos o salário. . .".(10)

Apesar de há algumas décadas o fluxo dos ratinhos ter sido interrompido registe-se que a sua presença no Alentejo ainda está muito presente no imaginário dos rurais mais antigos. Contam-se as histórias mais incríveis sobre a sua passagem nesta região. Recolhi testemunhos no Ciborro que referem que o homem do Alentejo era muito mais disputado que o ratinho, que apesar de ser mais dedicado e fiel, não conseguia uma produtividade comparável à do Alentejano.

Foram precisamente homens desta têmpera que, fruto de circunstâncias históricas, se entreajudavam ou combatiam, que fizeram o aforamento das terras dos Condes de Valenas.

Mas no entanto, o início do século não foi pacífico nos campos do Alentejo, nomeadamente no concelho de Montemor.

Por esta altura, o Alentejo estava em efervescência. Os conflitos que se viviam no campo tiveram o seu epílogo com as grandes greves rurais de 1910-1911 e que culminaram com a realizao do 1o Congresso dos Trabalhadores Rurais em Evora nos dias 25 e 26 de Agosto de 1912. Este Congresso foi um marco no início do Movimento Sindical Rural Alentejano e foi sobretudo dinamizado por um núcleo de homens que posteriormente vão estar na fundao do Partido Comunista Português em 1921, nomeadamente, Manuel Ferreira Quartel, de Coruche, Carlos Rates, de Setubal e Vital Jose de Aviz(11). Neste Congresso estiveram representados Sindicatos Agrícolas de cerca de 39 localidades em representao de cerca de 15000 trabalhadores rurais (12). O surgimento de dezenas de Sindicatos Rurais no Alentejo foi dinamizado pela Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, Organizao Nacional onde coexistiam a corrente Anarco-Sindicalista e a que mais tarde se transformou em Comunista. Para este efeito foi organizada durante largos meses a "Tourn  de

Propaganda Através do Alentejo", tendo nela participado os Sindicalistas Carlos Rates e Jerónimo de Sousa com o apoio local dos rurais José Candieira e Vital José. Tratou-se de uma odisséia duríssima, uma vez que os propagandistas passaram grandes privações e perseguições. "Organizaram estes homens dezenas de Sindicatos, em muitos deles tendo montado a correspondente escrita, redigido os estatutos e elaborado manifestos e relatórios, não deixando a outrém o encargo de lá levar a propaganda de "O Sindicalista", que continuava tendo grande expressão." (13)

No essencial foram feitas reivindicações de garantia de trabalho, diminuição do horário de trabalho, bem como elaboradas propostas que tendiam a penalizar o absentismo agrícola. A análise às reivindicações principais do 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais, bem como a leitura dos principais jornais da época seus apoiantes, nomeadamente "O Trabalhador Rural", "O Semeador", "A Aurora", etc, leva-nos a concluir que o movimento dos rurais teve como principal preocupação o problema do emprego e não o da posse da terra. Neste período registaram-se inúmeras greves e conflitos nos campos que culminavam com intervenções da recém criada Guarda Nacional Republicana, que procedia a prisões a que se seguia a perseguição aos mais activos, os quais foram julgados e condenados. O Concelho de Montemor possuía

dois Sindicatos Rurais: Montemor com cerca de 440 filiados e S. Tiago do Escoural com 516(14). Contrariamente aos graves episódios ocorridos em Lavre, que inclusivamente fizeram vítimas, e que são descritos em "Levantado do Chão" por José Saramago, não há memória no Caborro de graves conflitos ou prisões que tivessem por origem problemas de emprego, ou posse da terra. As prisões políticas, que houve na aldeia de homens como o Clemente, bem como de um velho rural analfabeto que apanhou propaganda subversiva, lançada de um carro, não estiveram directamente relacionadas com a questão agrária. Eram homens políticos, alguns sapateiros, e onde havia homens destes, havia oposição a Salazar, afirma-nos Rui Bento, conhecedor da história da aldeia. A repressão das autoridades republicanas sobre as organizações dos trabalhadores agrícolas foi selectiva e procurava cortar "o mal pela raiz", exercendo-se sobre os mais activos e conhecidos. O Estado não só não reconheceu o Estatuto das Associações de Trabalhadores Rurais, como prendeu os seus dirigentes e propagandistas, ao mesmo tempo que encerrava as suas sedes. Esta acção do Estado provocou um refluxo sério na organização dos Trabalhadores Rurais Alentejanos a partir de 1914. Registe-se que estas organizações eram muito jovens e encontravam-se num estado organizativo embrionário. Em muitos Sindicatos Rurais apenas tinham sido feitas duas ou três reuniões e eleitos os seus

dirigentes. No entanto o novo Estado também viu completamente iludidas as esperanças dos rurais na Revolução Republicana. Os novos dirigentes republicanos não tinham melhor imagem, entre os rurais, que os últimos reis...

Nesta altura, na nóvel aldeia de Valenças para o Conde, e do Ciborro para a sua população, os pioneiros trabalhavam com genica nas suas courelas porque o Conde não esperava pelo foro. Registe-se ainda uma referência em "Levantado do Chão" à aldeia. Domingos Mau-Tempo, o sapateiro bêbedo e remendão, natural de Lavre e que correu todo o concelho de Montemor, fixou-se, com a sua família, alguns anos no Ciborro. "...Sara, arranjei trabalho e habitação muito boa, vamos para o Ciborro. Foram dali para o Ciborro, e não foram mal, que a gente de lá era pacífica e de pagas prontas. Trabalho não faltava e o sapateiro parecia ter perdido o sentido da taberna, senão de todo, que nao se lhe pedia tanto, o bastante para o tomarem por homem de respeito. E veio este tempo em boa estação porque, entretanto, ali se inaugurou uma escola de primeiras letras, e João Mau-Tempo, que estava na idade, foi aprender a ler, escrever e contar".(15)



(1) Barros, Henrique, Economia Agrária, 1948, Volume I, Sá da Costa, pag. 415-416.

(2) "Embora não consigam estabelecer categorias que concludentemente sancionem estas diferenças e sejam aceites por toda a gente, os latifundiários sentem a necessidade de ser diferentes. Uma das razões invocadas para justificar o emprego de feitores nas suas herdades é a de que (eles sabem falar-lhes, e nós não). O evitar de qualquer forma de trabalho manual está, sem dúvida, intimamente relacionado com esta atitude". Cutileiro, José, Ricos e Pobres no Alentejo, Sá da Costa, 1977, pag. 60.

(3) Caldas, Eugénio de Castro, A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária, Seara Nova, 1977, pag. 45.

(4) Cutileiro, José, Ricos e Pobres no Alentejo, Sá da Costa, 1977, pag. 60-61.

(5) Barros, Henrique, Economia Agrária, Sá da Costa, 1948, Volume I, pag. 415-416.

(6) Saramago, José, Levantado do Chão, Editorial Caminho, pag. 72.

(7) Dados históricos recolhidos pela Dra Anastácia Salgado.

(8) Vasconcelos, Leite, Etnografia Portuguesa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1936, Volume II, pag. 468-469.

- (9) Picão, Silva, Através dos Campos, Publicações D. Quixote, 1983, pag. 37.
- (10) Saramago, José, Levantado do Chão, Editorial Caminho, 1982, pag 37
- (11) Ventura, António, Seara Nova, 1976, pag. 44.
- (12) Ventura, António, Seara Nova, 1976, pag. 63.
- (13) Vieira, Alexandre, Para a História do Sindicalismo em Portugal, Seara Nova, 1974, pag 69-70.
- (14) Ventura, António, Seara Nova, 1976, pag.62.
- (15) Saramago, José, Levantado do Chão, Caminho, 1982, pag.41-42.

II A COMUNIDADE DO CIBORRO VISTA NA PERSPECTIVA DAS CIENCIAS SOCIAIS

1. A DEMOGRAFIA

O espaço português, possui, um ritmo de crescimento demográfico assimétrico, registando-se que apenas cinco distritos possuem, nos últimos anos, um crescimento positivo- Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal. Apesar de assim ser, ainda se regista uma taxa global de crescimento anual médio de cerca de 0.4%.

Como resultado da concentração que se vem realizando nos distritos referidos, afirma-se cada vez mais a tendência para a oposição demográfica litoral/interior.

Entre 1960 e 1981 o Alentejo perdeu cerca de 25% da sua população.(1) Há já muitos anos que não regista a substituição das sua gerações. Esta questão é substancialmente agravada pelo declínio de fecundidade associado às migrações dos jovens e adultos, resultando daqui, um duplo envelhecimento da sua população (predomínio de velhos e ausência de jovens).

Como resultado destes movimentos internos, continua a agravar-se a bipolarização e, litoralização do País.

O Alentejo aparece-nos, neste fim de século, em grave crise demográfica, registando um alarmante decréscimo de habitantes por km², ao contrário de todas as regiões do País.

Vejamos seguidamente a evolução demográfica da Aldeia do Ciborro, bem como das comunidades vizinhas, com que temos feito algum paralelismo.

	S. Geraldo	Lavre	Ciborro
1801	580	940	-
1864	492	1224	-
1900	703	1967	-
1911	162	580	210
1940	144	487	654
1960	210	663	839
1970	205	623	795
1981	195	583	881
1989	218	658	1010

Fonte: Recenseamentos Gerais da população do INE

Os dados até 1900 referem-se ao conjunto total das Freguesias e não às comunidades. Os restantes dados referem-se às localidades. Registe-se que a informação

referente a 1989 foi estimada a partir dos Cadernos Eleitorais das últimas eleições.

Comparação do período 1911-1989

LAVRE

Taxa de Crescimento Anual Médio: 0.07%
Taxa de Duplicação em anos: 990

S. GERALDO

Taxa de Crescimento Anual Médio: 0.17%
Taxa de Duplicação em anos: 408

CIBORRO

Taxa de Crescimento Anual Médio: 0.88%
Taxa de Duplicação em anos: 79

Conforme se pode verificar pelos indicadores utilizados e tendo em consideração a informação que é possível recolher, não há qualquer possibilidade de comparação entre estas comunidades. Apesar de se tratar de uma comunidade muito mais nova, o Ciborro ultrapassou em número relativo as outras comunidades bem mais antigas. Esta situação torna-se significativamente constatável através da análise comparada dos dois indicadores demográficos utilizados: Taxa de Crescimento Anual Médio e Taxa de Duplicação em Anos.

2. COMUNIDADE E INTERACÇÕES SOCIAIS

Já foi possível compreender que o Ciborro é uma comunidade nova, criada por pessoas de origens diferenciadas. Ao longo da sua curta história registou uma evolução demográfica nada habitual no Alentejo, tendo mesmo em algumas dezenas de ano ultrapassado ao nível da economia, da demografia e de importância relativa, comunidades rurais vizinhas, algumas delas antiquíssimas e que já foram noutros períodos históricos sede de concelho -Lavre teve foral de D.Dinis em 1304 e foi Priorado do Cabido da Sé de Evora, e sede de Freguesia-S. Geraldo,

Tanto quanto possível, vamos agora aprofundar a análise sobre este agregado humano que aparentemente evolui de uma forma ilógica no contexto regional onde se insere. Nesta perspectiva pretende-se identificar os elementos mais significativos do seu comportamento.

O primeiro estímulo que fez reagir e movimentar esta gente foi, sem dúvida, a posse da terra, ainda que sob o regime de arrendamento. Num período da história do Alentejo tão dramático, que já foi anteriormente caracterizado genericamente, a possibilidade de ter

acesso directo à terra, ainda que sob uma forma condicionada, foi para aquele punhado inicial de pioneiros um pequeno talismã. O instinto da sobrevivência e a possibilidade de depender acima de tudo da sua própria pessoa e dos seus braços, foi um factor de riqueza incomensurável naquele contexto de privações, desemprego e maltesaria. De tal maneira aliciante que abandonavam os seus lares e para ali se deslocavam com uma inquebrantável vontade de começar tudo de novo. Os cerca de 2 ha, que em média, cada um deles inicialmente explorou, eram praticamente o garante da autosuficiência alimentar. A horta, os legumes e animais domésticos, nomeadamente o porco e o borrego, possibilitavam-lhe não depender mais do desemprego quotidiano, da caridade do senhor, da deslocação anual para longe dos seus, da itinerância errante, dolorosa e aviltante do pedir trabalho ou esmola.

Qualquer análise da situação e evolução desta comunidade tem que identificar forçosamente a solidariedade e entreaajuda como valores e princípios fundamentais da sua história. Fruto do desafio que tiveram que enfrentar inicialmente, forjou-se entre estes homens uma tal união e entreaajuda que ainda hoje está bem presente no quotidiano da comunidade. Desde a primeira hora, compreenderam e interiorizaram o lema: O sucesso de cada um seria o sucesso de todos. Daqui derivou um

mosaico permanente de cooperação no arranjo dos campos, na construção colectiva das habitações de cada um, no empréstimo e partilha, até à exaustão, dos recursos existentes, nomeadamente alfaias, mareas, conhecimentos técnicos, etc.

Um homem da segunda geração conta-nos que quando, por exemplo, a Guarda Nacional Republicana se deslocava à aldeia, geralmente por denúncia de um proprietário, na tentativa de localizar bolotas que durante a noite tinham sido recolhidas nos montados para alimentar o porco - o tal animal doméstico que obrigatoriamente tinha de ser quotidianamente alimentado e que fornecia carne à família praticamente para todo o ano, cerca de tres, quatro minutos depois do seu aparecimento toda a população disso tinha conhecimento, possuindo então o tempo necessário e suficiente para as esconder, sendo geralmente enterradas. Como é evidente esta expropriação das bolotas, chamemos-lhe assim, era vital para o alimento do animal e este não o era menos para a sobrevivência da família. Formas tradicionais de cooperação são hoje aliás uma realidade quotidiana. A comunidade, colectivamente, autoabastece-se e autoalimenta-se, no fundamental. Apenas uma tarde de permanência na comunidade é tempo suficiente para compreender que os vizinhos oferecem uns aos outros indiscriminadamente, laranjas, batatas, ovos, legumes frescos. Quem semeia ou dispõe, conta logo à partida com

o abastecimento dos compadres. Todos possuem terra, mesmo os recém chegados, têm a possibilidade de ter junto à aldeia a sua horta, uma vez que a Cooperativa, independentemente de ser sócio ou não, a todos assegura a terra suficiente para as necessidades familiares, bem como outras pequenas ajudas. Os funerais são outra forma muito especial de esta característica se manifestar. Desde o início da comunidade que praticamente todas as pessoas participam, numa demonstração de pesar verdadeiramente impressionante.

As boas relações humanas e a boa vizinhança e solidariedade dão por sua vez origem à cooperação económica. A cooperativa naturalmente fez arrendamentos a proprietários cujas herdades tinham sido ocupados. A cooperativa por sua vez empresta maquinaria sofisticada a quem dela necessita. Até de Vendas Novas se deslocam pessoas para pesar grandes cargas na sofisticada báscula da Cooperativa. Ninguém paga nada. Apesar de inicialmente ter sido fundada com perto de 10 000 ha, a Cooperativa está hoje reduzida a menos de metade, sensivelmente 3900ha, dos quais 2550 se encontram arrendados a particulares e cerca de 800 ao Estado. Nunca existiram conflitos importantes na entrega de reservas, pelo que a Guarda Nacional Republicana nunca interviu na Freguesia. Registe-se que houve reservatários que, ao contrário da maioria, se recusaram a arrendar as suas terras,

encontrando-se hoje essas áreas, ou abandonadas ou sub_ aproveitadas. Assinale-se que a Cooperativa possui terras proprias num total de cerca de 300ha. Apesar da área de exploração ter sido reduzida para cerca de metade, a mão de obra relativa existente e sensivelmente a mesma, o que tem cau_ sado problemas em diversas épocas do ano em que é neces_ sario manter situações de subemprego, das quais ninguém beneficia.

O telhado da Igreja do Ciborro apresentava problemas. Sem pedir nada, a Cooperativa responsabilizou-se pelo seu arranjo . A Igreja desempenha uma função social, então, ajuda-se. É o princípio seguido. O Sr. Arcebispo de Evora deslocou-se ao Ciborro e ficou convertido, também ajudará a comunidade e a Cooperativa naquilo que puder. Há vários anos que a Cooperativa contribui anualmente com dinheiro e géneros para o Hospital de S. João de Deus de Montemor. Por sua vez, este Hospital dá assistência gratuita e cuida o melhor possível do pessoal do Ciborro, independentemente de ser, ou não, sócio da Cooperativa. Trata-se de um sistema complementar de Saude e Segurança Social deveras curioso, uma vez que nao existe qualquer compromisso oficialmente assumido. Desde o inicio da sua fundação que a Cooperativa apanha a azeitona de um proprietário, que também possui lagar, num total de mais de 100ha,

resultando desta colaboração, a produção de azeite para as duas partes.

Para além das consequências sociais destes princípios, que criam um clima positivo ao nível das relações humanas, há outros valores ao mesmo nível e que foram descobertos desde os primórdios das civilizações no relacionamento entre os povos: A Cooperação Económica gera e gerará vantagens mútuas...

Face aos maus resultados da actividade seareira e tendo em conta a forma desfavorável como individualmente cada um realizava contratos com os proprietários nasceu, pouco a pouco, a consciência de que era necessário encontrar uma outra solução económica e colectiva para grande parte dos que não possuíam terra, mas apenas força de trabalho. Daí o aparecimento das equipas de trabalho independente por empreitada, bem como o Cooperativismo mais recentemente. A Cooperativa Agro Pecuária do Ciborro, bem como a Cooperativa de Consumo existente, têm de ser compreendidas como formas mais evoluídas de colaboração numa comunidade que desde a sua formação age em cooperação. O contexto histórico que possibilitou o aparecimento da Cooperativa do Ciborro foram as transformações políticas e económicas que o regime do 25 de Abril subitamente instaurou. O processo de ocupação de terras foi neste período o rastilho necessário para se criar a solução desejada.

A Cooperativa Agro-Pecuária do Ciborro foi fundada em 1975 pela população da comunidade, essencialmente trabalhadores rurais. Na origem do seu êxito, encontra-se a posterior integração de um núcleo de pequenos agricultores e seareiros que integraram as suas máquinas e alfaias no património comum. Ao contrário do que aconteceu em muitos casos, em que as ocupações de terras foram dinamizadas por pessoas de fora, geralmente do Sindicato Agrícola, aqui as ocupações foram feitas pelos naturais da Aldeia e na maioria dos casos, eram terras há muito abandonadas e desprezadas. O Ciborro é excepção às conclusões de António Barreto "...O movimento de ocupações e a parte de movimento social que nele cabe são primeiramente desencadeadas pelo aparelho de Estado. - Governo, Forças Armadas, Serviços do Ministério, Autarquias, Comunicação Social, - e pelo PCP como aparelho de poder. Deste ponto de partida se desenvolveu o movimento sindical rural, que constituiu o principal elemento de transmissão entre Estado e Classes ou Movimento Social." (2) A Cooperativa foi fundada no dia 14 de Agosto de 1975, através da ocupação de variadas herdades, parte delas a área inicial do Condado dos Valenças: Herdades do Paço, Zambujeira, Valenças, Cavaleiro, Barrocal, S. Lourenço, atingindo originalmente uma área perto dos 10 000 ha. A intensa vida democrática

da Cooperativa e o aprofundamento do espirito cooperativo é no entender dos seus dirigentes o principal trunfo ao nível da organização, questões aliás que estiveram no início da desarticulação de muitas cooperativas a que já António Sergio genericamente se referia como "receitas para acabar com as Cooperativas."

A observação quotidiana da Cooperativa permite compreender que os cooperadores estão perfeitamente sensibilizados para a vida cooperativa entendendo este como um fenómeno social e global e não meramente economicista. É saudavel que assim seja, uma vez que cada organização se baseia, antes de mais, nas ideias e convicções dos seus membros. Nesta perspectiva o cooperativismo como sistema socio-económico não assenta numa noção ou numa teoria social especifica, mas sobre todo um conjunto de ideias e noções tais como o mutualismo, a união dos fracos pondo em comum os seus modestos meios para criar uma força solidária, a distribuição equitativa dos resultados bons ou maus, o esforço pessoal livremente assumido, a associação entre pessoas com objectivos comuns, a supremacia do homem sobre o dinheiro, ou seja, a procura do aperfeiçoamento individual e social.

No entender dos seus dirigentes a empresa cooperativa tem especificidades próprias. Ou seja, há uma diferença qualitativa entre a empresa cooperativa e

outras empresas económicas: os seus métodos empresariais têm que estar obrigatoriamente subordinados à sua ética. Um exemplo: A Cooperativa dá neste momento trabalho permanente a cerca de 170 pessoas e nalguns períodos do ano a outras pessoas inclusivé, de outras localidades. Os dirigentes têm a perfeita consciência que há excesso de mão de obra e que a modernização e evolução tem sido refreada pela necessidade de por vezes "inventar trabalho". Esta situação tem ainda consequências negativas porque diminui a capacidade de investimento. No entanto respeitam e compreendem os princípios e a ética das decisões das animadas Assembleias Gerais: " Há trabalho para um, há trabalho para todos. Não se mete ninguém no desemprego, que é uma vergonha para as pessoas e arruína o país..."

Os primeiros meses da Cooperativa foram uma autêntica odisséia que pôs a prova, decisivamente, a sua sobrevivência e afirmação. Pode quase afirmar-se que quem colectiva e organizadamente resistiu a tais acontecimentos possui uma energia capaz das maiores realizações. Ao longo dos primeiros sete meses de vida, centenas de cooperadores prescindiram voluntariamente dos seus salários para a construção da barragem. Trata-se de uma barragem com capacidade para 5 milhões de m³ mais um conjunto de sete pequenas barragens, bem como cerca de 10km de canais de irrigação. A partir desta solução,

quase totalmente idealizada dentro da Cooperativa, é possível desde há treze anos irrigar mais de 300 ha de arroz, milho, tabaco, tomate, etc. Registe-se que a Tabaqueira Portuguesa confiou plenamente na capacidade da Cooperativa, uma vez que ali construiu secadores num investimento de vários milhares de contos. Alguns técnicos do Ministério da Agricultura, desaconselharam o cultivo do arroz, tendo em conta a inaptidão dos solos, no entanto a Cooperativa insistiu e tem tido resultados animadores, constatáveis nas produções conseguidas muito acima das médias nacionais. Na altura da sua construção (1975), esta barragem, era seguramente a maior privada do País. Em cerca de um ano a Herdade da Ataboeira, quase completamente abandonada e cheia de mato, transformou-se por milagre, num contraste de verdura, até perder de vista, no pino do Agosto escaldante.

Apesar do idealismo e o sentido dos negócios não andarem habitualmente de mãos dadas, faz-se um esforço para o compromisso possível. Registe-se que desde a primeira hora a Cooperativa tem investido na formação e educação dos seus sócios. Cursos de operadores de máquinas agrícolas e de algumas especialidades como tosquiadores, têm sido organizados anualmente. Estes últimos deram origem a mais uma das especializações de mão de obra organizadas sob a forma independente: Os tosquiadores do Ciborro tosquam em todo o Distrito.

Ultimamente chegaram inclusivamente a realizar-se estudos tendentes a organizar cursos de formação profissional susceptíveis de financiamento Europeu. Após estudo das cláusulas, essa hipótese foi completamente abandonada por profunda discordância com a filosofia e natureza desse tipo de cursos.

Nesta pequena análise à experiência cooperativa do Ciborro concluímos que foi completamente ultrapassada a noção errada de crise de credibilidade em relação a esta forma específica de empresa. E um consenso generalizado que a capacidade de possuir, gerir e fazer funcionar empresas, já de uma certa dimensão, não diz unicamente respeito a homens de negócios. Até mesmo os incrédulos de sempre, estão de acordo, não beneficiam os sócios apenas, eles também beneficiam...

A chamada crise de gestão, também muito associada a este tipo de empresas, está felizmente ultrapassada, pelo menos a curto prazo. Fruto das suas características próprias esta Cooperativa nunca foi dominada por orientações e critérios exclusivamente políticos e partidários. O seu Presidente de sempre é um pequeno agricultor, homem de grande dinamismo e experiência agrícola empresarial. A Cooperativa possui técnicos. Um economista pioneiro da informatização total e na implementação da contabilidade analítica na agricultura e um engenheiro técnico agrário.

Apesar da qualidade de gestão ter sido um dos factores responsáveis pelos óptimos resultados económicos e sociais, os dirigentes vêm a este nível grandes preocupações para o futuro. Têm dificuldades em encontrar alternativas positivas endógenas a este nível. Não nos esqueçamos que estão em causa centenas de milhares de contos anualmente. Em seu entender não pode haver leviandades, uma vez que o esforço e o património de muitos anos estão em causa. A sua preocupação estende-se naturalmente também ao Sistema Educativo. Já realizaram, por exemplo, muitas experiências ao nível do escritório, não sendo o resultado brilhante. Afirma-nos o economista que este facto teve, no entanto, boas consequências. Por um lado implicou a informatização geral, tendo a Cooperativa num projecto com cerca de cinco anos acabado de conseguir, com uma pequena ajuda externa ao nível da programação, um sistema de escritório informático total. E a este nível a única experiência que conhecemos em Portugal. No entanto é conclusivo : Tem dificuldades em encontrar soluções para o problema do pessoal qualificado para o escritório. Em seu entender a Escola de hoje é, a todos os níveis, fonte permanente de mediocridade e atraso: Os jovens não sabem, não interiorizaram hábitos de trabalho, e demonstram graves lacunas na sua formação mesmo ao nível dos conhecimentos mais elementares. O polémico destas afirmações, é, sem dúvida, um

interessante campo de investigação...

Há nesta posição do presidente e do economista uma certa desilusão. Ao fim de 15 anos a sua actividade tem sido muito desgastante e gostariam de começar a preparar a médio prazo a saída dos cargos que ocupam. Até porque na sua cabeça já fervilham outros projectos. Parece-nos que será certamente encontrada uma alternativa. Os recursos humanos nunca faltaram nesta comunidade.

Registe-se que nestes 15 anos, de grande trabalho, a Cooperativa conseguiu um património certamente superior a um milhão de contos, criado exclusivamente pela sua labuta, e anualmente regista um movimento anual de centenas de milhares de contos.

Mas é necessário também afirmar que, apesar de tudo, têm existido momentos desagradáveis e difíceis. Relatemos este pequeno exemplo de resistência à modernização; e vejamos quanto é difícil, não desanimar face a situações complexas que se geram. Incentivado pela equipa dirigente e por necessidade de modernização a Cooperativa adquiriu há cerca de quatro anos modernos pivots de rega, que possibilitavam regar largos hectares de forma automática. Logo se levantou um conjunto de detractores, opondo-se à inovação. O grave aconteceu quando no primeiro mês os pivots não funcionaram, como resultado de problemas eléctricos vários. De imediato os dirigentes foram gravemente

acusados de má gestão, que não mediam os avultados investimentos, que adquiriam tecnologia que ainda não tinha provado, que levavam a Cooperativa à falência, etc. Foi de facto um mau momento. Resolvido o problema eléctrico e após alguns meses de experiência positiva, constatável no grau vegetativo das plantas a custos muito mais baixos, os comentários eram outros..." Há muito mais tempo que se devia ter investido naquela tecnologia..."

Outras questões, como por exemplo, o estímulo económico, logo de muito cedo começou a ser praticado pela cooperativa, o que inclusivamente lhe provocou desagradáveis críticas e incompreensões por parte de outras cooperativas vizinhas.

Quando se fazia uma esgalha no montado não havia nunca voluntários para subir às árvores e fazer a limpeza interior. Alegavam uns que eram velhos, outros demasiado novos, outros que eram doentes. A partir do momento em que a dificuldade do trabalho foi codificada, e quem realizasse os trabalhos mais difíceis ou tecnicamente mais evoluídos, recebia um salário mais elevado, estas dificuldades milagrosamente deixaram de existir. Depois o problema era ao contrário...

Aprofundemos mais os resultados desta empresa cooperativa e citemos Olivier Balabanian e Guy Bouet, que fizeram um exaustivo trabalho sobre a Reforma Agrária Portuguesa, apesar de não concordarmos com as suas

conclusões radicais, essencialmente por sobrevalorização de alguns indicadores e omissão de outros.

Balabanian e Bouet dividem as explorações agrícolas da Reforma Agrária em três grupos:

- 1- Explorações Agrícolas que desaparecerão a curto prazo (muitas).
- 2- Explorações Agrícolas que ainda podem encontrar meios para subsistir (algumas).
- 3- Explorações Agrícolas bem geridas (muito poucas).

Consideram que a Cooperativa do Ciborro se inclui na última categoria e referem: "A Cooperativa do Ciborro tornou-se a experiência piloto por excelência, a que se escolhe quando se é Ministro, para ver no terreno as realidades da Reforma Agrária. Em 1985 o perímetro regado era ocupado com cerca de 300ha de arroz, milho, tomate, tabaco, pimentos, etc. As outras terras são de sequeiro e em grande parte cobertas de montado de sobreiro com 2 000 a 2300 ha. Pudemos verificar que o conjunto estava perfeitamente tratado e explorado segundo as regras da arte, embora os solos sejam em conjunto muito pobres...

Os gados, por ordem decrescente, são os seguintes:

-300 vacas leiteiras turinas das quais 125 em lactação. Consomem em particular o sorgo forrageiro, o

milho ensilado... pastam diariamente e rotativamente os 22 ha de prado regado e semeado de uma mistura de trevos e gramíneas (festuca)... o leite vendido é tipo especial. A produção média por vaca e por lactação é de 3500l: As campeãs chegam a ultrapassar 5000l. Para obter esta qualidade, a Cooperativa instalou uma estação de tratamento de água que vem por canal da barragem grande. Os bezerros até aos 400 a 500 kg são recriados num estábulo de engorda instalado no local.

-300 vacas para carne nascidas do cruzamento touro/charolês-vaca mertolenga.

-3500 ovelhas merino.

-260 porcas cruzadas Laudrace-Large White...

Esta Coperativa é tecnicamente um êxito. O domínio da água é digno dos melhores proprietários ribatejanos. De maneira judiciosa a Cooperativa investiu muito no estabelecimento de infraestruturas: electrificação total, arranjo de caminhos, construções diversas para a exploração agrícola (estábulos, silos, armazéns,...)(3)

No plano social a Cooperativa procura, na medida das suas potencialidades ajudar a comunidade. Como já foi referido esteve na base da criação da Cooperativa de Consumo, onde grande parte da população se abastece. Por

outro lado, assegura as hortas familiares, contribui generosamente para o Lar de Idosos, Jardim de Infância e Hospital de S. João de Deus de Montemor. A sua acção social e de solidariedade estende-se a toda a comunidade, indiscriminadamente, e representa para os socios fonte permanente de regozijo e contentamento.

O dinamismo é outra emanção que se projecta do espirito dos pioneiros. O Ciborro foi ao longo da sua curta história um fervilhar de projectos e realizações. A parte cultural, hoje mais adormecida, foi outra constante da sua evolução. Ali se realizavam grandes festas. Ali havia permanentemente teatro, que animava os célebres serões de fim de semana. Era programa para toda a noite. Primeiro começava-se com um drama, depois continuava-se com uma comédia, finalmente e até de manhã, dançava-se ao som dos afamados acordeonistas do Ciborro, que animaram, na aldeia e na região, milhares de bailes. Ainda hoje se encontram em actividade, com um passado de largas dezenas de anos, o Rancho Folclórico e o Clube de Futebol de Valenças. O Tio Bento ensaiou teatro durante mais de cinquenta anos. Inclusivamente organizaram-se e adquiriram uma máquina de projectar cinema mudo. Até os forasteiros ali se deslocavam para assistir a espectáculos de cinema.

Encontramos hoje no Ciborro as mais variadas

profissões. Existem cerca de 10 equipas de pedreiros, que trabalham em todo o Alentejo, inclusivamente em Évora. Muitas moradias dos bairros novos de Évora têm sido por eles construídas. Há cerca de vinte e cinco anos foi criada uma Carpintaria Mecânica, por um grupo de carpinteiros que é hoje, talvez, a maior do Distrito. Registe-se que um destes sócios me contou como foi possível iludir o Ministério da Indústria. A Lei do Condicionamento Industrial não deixava criar serrações de madeira naquela naquela zona (atitude só compreensível por enquadrada numa política de defesa dos valores do Latifundismo), os nossos homens não se atrapalharam e criaram uma Carpintaria Mecânica, que na prática tinha os mesmos objectivos. Ali está hoje aquela unidade industrial que emprega cerca de quarenta pessoas e está equipada com a tecnologia necessária. Estes homens correm o país na aquisição, negócio e transformação de todo o tipo de madeiras. Existem ainda equipas de tiradores de cortiça, de tosquiadores, de ferreiros que trabalham na Freguesia (Ciborro é Freguesia desde há três anos) e nos Concelhos contíguos. Diz-nos Rui Bento, o Presidente da Cooperativa Agro-Pecuária que os proprietários mais retrógados têm mais ódio a esta Cooperativa do que as outras. Ele explica. Apesar de existirem razoáveis relações humanas e algumas económicas, sentem que o principal adversário da sua influência económica e

política é o dinamismo da Cooperativa do Ciborro. Todas as suas posições caem pela base face à gestão e aos resultados económicos e sociais dos homens do Ciborro. A má gestão de algumas Cooperativas e UCP(s) dá-lhes, por vezes, razão.

Podemos ainda encontrar nesta Freguesia alguns pequenos agricultores e arrendadores de máquinas agrícolas à tarefa que assim contribuem para a existência de um sector agrícola privado de boa saúde. Ainda recentemente foi criado de raiz um Jardim de Infância na aldeia, de iniciativa variada, nomeadamente, da Cooperativa, da Igreja, bem como de outras entidades. Encontramos finalmente na Aldeia três restaurantes modernos que prestam um razoável serviço. Registe-se que há sedes de concelho como Mourão e Portel que não têm sequer um restaurante com um mínimo de condições. Ainda no final da década de setenta e antes da entrega de reservas a Cooperativa realizou estudos e projectos de construção de duas grandiosas barragens. Uma, inclusivé, depois dos projectos e respectivos processos estarem concluídos chegou a ser aprovada pelos competentes Serviços da Hidráulica do Sul. Seria possível, em cada uma delas, armazenar 15000000 m³ que possibilitavam uma área regada de cerca de 3000 ha. Quando foi entregue uma das reservas a Cooperativa contactou o proprietário, explicou-lhe o que pretendia e dispos-se, inclusivé, a

entregar-lhe o projecto. Ao fim e ao cabo, a riqueza produzida era para todos. Um dos proprietários da área abrangida recusou o projecto, tendo-se assim inviabilizado este empreendimento.

Outra das características de sempre da Aldeia, foi a independência dos seus membros. Como já referimos na origem da comunidade, os pioneiros conseguiram para as suas famílias a sobrevivência económica. De seguida os homens do Ciborro, sempre como independentes, lançaram-se na vida de seareiros. Os proprietários viam inicialmente esta atitude com os melhores olhos. Os matagais eram desbravados e recebiam o quarto ou quinto conforme o acordado. Desta forma os homens do Ciborro desbravaram durante decénios milhares de ha das propriedades envolventes. Muitas vezes só havia arrendamento se houvesse também desbravamento. Pouco a pouco estes homens entraram em crise por variadas razões. Registe-se que a partir de certa altura os proprietários deixaram de ver com bons olhos os seareiros, nomeadamente a sua independência, no entanto sempre lucravam com a sua actividade, o que não era de desprezar. Segundo José Cutileiro esta foi uma classe heróica, tendo em consideração o papel que desempenharam no desbravamento dos matagais, bem como as suas duras condições de trabalho face aos proveitos efectivamente recebidos. A sua sobrevivência só foi possível uma vez que os seus

custos de produção eram inferiores aos dos lavradores. A base da economia seareira era a grande família. Todos colaboravam na altura de maior necessidade de mão de obra, os filhos, os cunhados, os genros, etc. Só muito esporadicamente e por absoluta necessidade se assalariava um trabalhador rural. O seu declíneo começou essencialmente a partir da campanha do trigo, uma vez que muitos proprietários para receberem os subsídios atribuídos, começaram a explorar directamente a terra. Também se agravou pelo facto de cada vez mais os preços de garantia do Estado se aproximarem completamente dos custos de produção.

Um pouco também como consequência desde facto começou, logo na década de trinta, a organização de equipas de trabalho independente. Grupos de homens e mulheres, sempre sob a forma de empreitada, tiravam cortiça, esgalhavam árvores, faziam carvão, apanhavam azeitona, construíam casas, etc. Por exemplo, quando iam para a zona de Montemor apanhar azeitona, os ranchos do Ciborro, ainda que trabalhando para o mesmo patrão de outros só o faziam sob a forma de empreitada. Com o bocadinho a mais que ganhavam, levantavam outra parede da sua casa com a ajuda do vizinho, relembra-nos Manuel de Oliveira, que também nos relata: "Logo a partir de Fevereiro as equipas de tiradores de cortiça à falca já dormiam nas herdades. Mesmo de noite e à luz do lampião

continuavam a sua faina". A lógica das equipas de pedreiros e carpinteiros que hoje existem permanece a mesma: Trabalho por conta própria.

Apesar dos dirigentes da Cooperativa do Ciborro serem simpatizantes do Partido Socialista, desde sempre, isso não os inibiu de estarem sempre representados no Secretariado das Cooperativas do Concelho de Montemor e de participarem noutras realizações conotadas com o Partido Comunista.

Ainda recentemente nas últimas eleições Presidenciais alguns dos responsáveis apoiaram activamente a candidatura da Eng. Maria de Lurdes Pintasilgo, situação aque motivou algumas incompreensões, apesar de desde o 25 de Abril terem relações de amizade com o Dr. Mario Soares, que já ali se deslocou na qualidade de Presidente da República, bem como com outros dirigentes nacionais do Partido Socialista.

Afirmam-nos várias pessoas da Aldeia, com algum orgulho, que há muitos anos que a sua localidade é conhecida nas redondezas como "Republica Independente do Ciborro".

O código moral da comunidade é outro dos pilares que tem sido perene. Desde o principio que houve um conjunto de normas morais e éticas que foram rigidamente assumidas colectivamente, da mesma forma que os pioneiros Americanos que tiveram que produzir

colectivamente as suas leis, ate ai inexistentes. Refira-se que ainda hoje a comunidade não tem Posto da Guarda Republicana. Esta atitude tem de ser compreendida também como uma emanação e atitude substancialmente antropológica: A não existência de leis era um atentado a sua sobrevivência. A coesão moral foi sempre a solução encontrada pelos agregados humanos em meios adversos e deu-lhe sempre a energia que os alumiou e orientou. Esta característica concretiza-se num conjunto de códigos comportamentais que são a forma da sociedade se auto-regular e equilibrar ao nível do seu simbólico. O Taveira fundador, natural da Régua e homem culto, apesar de só possuir a quarta classe, foi o Regedor ou "Cabo Chefe" durante muitos anos, coube-lhe a ele a função de zelar pela aplicação original. A importância da honradez, da palavra dada, da camaradagem e solidariedade, do dar o exemplo. Estes princípios muito ligados ao mundo do trabalho estão ainda bem presentes no quotidiano da comunidade. Os sócios da carpintaria mecânica, o Presidente da Cooperativa trabalham diariamente ao lado dos outros trabalhadores, são os primeiros a dar o passo em frente quando surgem os trabalhos mais difíceis. Uma situação algo parecida com a das corporações. Mais logo, todos vão à taberna beber um copo. Esta situação aparentemente irrelevante, é fundamental. Ao contrário, e por oposição à realidade ancestral de todo o Alentejo,

não existe aqui estratificação social. Terá sido em meu entender talvez o maior factor explicativo da situação actual da comunidade. As relações de dependência, a oposição proprietário, senhor absoluto, versus trabalhador, quase escravo, nunca existiu. O marasmo e o adormecimento do Alentejo são uma consequência em linha directa das relações profundamente incorrectas que derivam das leis da posse da terra, bem como da pobreza agrícola dos seus solos. Uma comunidade como esta que se subtraiu a esses valores, que não conhece o patrocínio, que não necessita de iludir manageiros, que pelo trabalho conquistou a sua dignidade e independência, tem necessariamente outra forma de estar e de ser. A ausência de estratificação social, e o predomínio de relações humanas horizontais, onde a posição dos homens tem igual mérito, substituiu a herança contemporânea de relações sociais ainda muito marcadas pelo sentido da história recente do Alentejo. Se a secularização é um fenómeno que para além do mundo urbano, também atingiu muito o mundo rural do sul do País, à excepção dos grandes momentos da vida, como o nascimento, o casamento e a morte, verifica-se no passado desta comunidade ainda uma maior subtracção à influência do Poder institucional da Igreja, através dos seus instrumentos tradicionais de controle social: a regra do casamento nas primeiras gerações foi, de facto o "amiganço". Ainda hoje, apesar de em menor número é

tradição o casamento religioso não se realizar. Apesar de não haver dados objectivos que o possam atestar cientificamente, registre-se que a povoação era um lugar até há três anos, não existindo dados demográficos a este nível, pode-se através da observação participante concluir que a natalidade do Ciborro foi superior à das comunidades vizinhas. Da mesma forma que em parte do Norte de Portugal, a natalidade tende a ser encarada para além dos outros aspectos lógicos, também como um investimento familiar: alguém que vem ajudar na dolorosa faina do campo. Por oposição à ancestral baixa natalidade das famílias dos rurais Alentejanos: A natalidade entendida também como uma forma de penalização da situação familiar, uma vez que já existiam privações por demais suficientes, retraindo-se muito naturalmente a família neste aspecto fundamental.

Outra forma muito própria de ser do Ciborro manifesta-se na oposição persistente às realizações da Câmara Municipal. Grande parte da população manifesta-se contra tudo o que Autarquia faz e não faz na Aldeia. Já antes do vinte cinco de Abril assim era. E apesar de muitos serem votantes de sempre da força maioritária que se encontra desde o novo regime na Câmara Municipal a actual CDU, força que também, ainda que com ligeira diferença, ganhou as primeiras eleições para a recém criada Freguesia do Ciborro.

- (1)- Lopes, Hernâni, E. Grilo, J. M. Nazareth, J. Aguiar, J. Amaral Gomes, J. Pena do Amaral, O Desafio dos anos Noventa, I. H. D., Lisboa 89, pag. 122.
- (2)- Barreto, António, Estado e Reforma Agrária, Análise Social 77/78, pag.573
- (3)- Balabanian, Olivier, e Bouet, Guy, Os Cravos Murcharam, Os resultados da Reforma Agrária Portuguesa, 1977, pag.83-87.

O PONTO DE VISTA DA ECOLOGIA HUMANA

A região do Cíborro está situada na zona fitoclimática denominada Sub-Mediterrânea Ibero-Mediterrânea, que faz a transição entre a parte mais árida e de maior influência continental do Alentejo, cuja expressão vegetal é a azinheira, e a zona do Alentejo Litoral onde já se faz sentir alguma influência atlântica, mais amenizada de aridez, de que é prova a dominância do sobreiro. A precipitação anual desta região situa-se entre os 500 e os 600 mm anuais.

Em relação aos solos que aqui são dominantes situam-se numa zona de transição entre rochas eruptivas do interior do Alentejo para a grande orla das formações sedimentares (areias, arenitos, e outros depósitos). Os solos predominantes são disso consequência, pois existem por um lado os litólicos não húmicos de granitos, e por outro lado os mediterrâneos pardos, derivados de arkoses ou depósitos afins, às vezes associados a calcários, bem como a solos calcários de arenitos calcários.

De um modo geral, pode considerar-se que os solos dominantes são de fraca aptidão agrícola, mais vocacionados para o aproveitamento silvo-pastoril. Acrescente-se que os riscos de hidromorfismo (encharcamento) são muito elevados em grandes zonas e que

os afloramentos rochosos são por vezes igualmente abundantes, o que mais dificulta a sua utilização agrícola. (Anexo I)

Por sua vez a aptidão dos solos à volta de S. Geraldo apresenta algumas semelhanças com a do Ciborro (são ambos litólicos), sendo as limitações na sua utilização agrícola talvez não tão acentuadas nas zonas onde são dominantes os solos litólicos não húmicos, de granitos, em transição para os quartzodioritos (Pgm). (Anexo II)

A mancha de solos dominantes à volta de Lavre apresenta uma aptidão mais marcada, traduzida na dominância das classes de capacidade B e C e dos solos calcários, vermelhos e pardos de melhor fundo de fertilidade. (Anexo III)

Desta pequena análise à aptidão agrícola dos solos das três localidades registou-se como conclusão que os solos envolventes da localidade Lavre são, de longe, os que têm maior valia agrícola. Ciborro e S. Geraldo possuem quanto à aptidão agrícola, situações algo semelhantes, registando S. Geraldo ligeiramente melhores condições. Os solos do Ciborro são ainda prejudicados pela existência de muitas rochas e pedras.

A compreensão do problema integrado e global é a principal questão que se nos coloca neste ponto desta pequena reflexão. Porque o maior desenvolvimento agrícola

no Ciborro que, como já verificámos, tem recursos físicos e agrícolas, a todos os níveis, piores que os do Lavre e semelhantes, para pior, aos de S. Geraldo?

Sem dúvida, que a compreensão dos eixos fundamentais explicativos pode ser um contributo importante para, uma compreensão específica desta região e concomitantemente sobre os cenários que presumivelmente, num contexto cultural adequado, poderão trazer dinamismo e prosperidade a esta região historicamente tão deprimida.

O economista teria identificado como factor importante e talvez fundamental, explicativo da situação particular desta Comunidade, o Liberalismo. A possibilidade que aqueles homens tiveram de entrar no mercado de trabalho e da economia da região de um forma diferente. O Antropólogo e o Sociólogo identificariam, como é evidente, os valores e as organizações. A possibilidade que eles tiveram de criar tudo de novo, o facto de o Ciborro ser um terreno virgem, sem peias e tradições, onde se estava condenado a sobreviver. Esses valores traduziram-se num estado de coesão moral, forte, solidário e independente

Num contexto de privações, conflitos sociais ligados à terra e desemprego, houve um agregado humano que se aventurou a construir o seu presente e futuro, subtraindo-se aos mecanismos de controle e de rigida

estratificação, então existentes, não tendo desprezado essa possibilidade histórica. O Demógrafo referiria o espectacular crescimento traduzido em taxas demográficas de grande expansão. O Historiador sobrevalorizaria as consequências do fim do "ancien regime" e do despertar do Liberalismo em Portugal. Por sua vez o Agrónomo teria identificado, parece-nos, a equilibrada exploração agrícola e gestão dos recursos existentes, conjuntamente com medidas atempadas de modernização e adequação aos recursos agrícolas existentes. A aposta da Cooperativa na pecuária, utilizando prados regados e ensilamentos por si efectuados, bem como no regadio, sobretudo, arroz, tabaco e milho, para além de não desprezar todos os outros sectores, numa lógica de complementaridade, foi a receita que terá produzido o actual "milagre" agrícola e económico. A procura dos eixos interdisciplinares leva-nos forçosamente a identificar como vitais dois aspectos: o facto de a Comunidade ter construído a sua própria Subcultura bem como a forma como se tem cruzado na história o eixo da cultura com o eixo da economia. A Comunidade tem sabido aplicar o vector cultural solidariedade da forma mais adequada a cada momento. Refira-se concretamente a partilha de bens e recursos na entreaajuda da primeira agricultura e na construção das primeiras casas. A actividade seareira que se fundamentou na economia familiar. A organização de

equipas de trabalho independente, sob o regime de empreitada e finalmente a cooperação económica, sob a forma de empresa - O Metodo Cooperativo. Com base nesta experiência é de toda a pertinência a realização de uma reflexão minimamente profunda sobre esta questão no momento presente da realidade Alentejana, sobretudo pelas suas potencialidades prospectivas.

Esta experiência permite-nos reflectir sobre o desenvolvimento rural Alentejano, uma vez que essa perspectiva abrange todos os aspectos da vida quotidiana de uma forma integrada. O desenvolvimento rural dada a ênfase qualitativa e cultural que possui sobre o homem, ou sobre as suas organizações, repercute-se e reproduz-se nas suas acções. Também no Ciborro a mentalidade e os valores dos homens se repercutiram na sua organização económica e social, bem como no espaço que ocupam. Nesta comunidade essas marcas na paisagem que traduzem os valores existentes, encontram-se na estrutura das suas ruas, nos hortejos que a envolvem, e que surgiram como resultado da divisão familiar dos primeiros aforamentos e na extensa área de regadio que nos surge repentinamente e nos deixa estupefactos no meio de um oásis verde circundado por um mar de pastos amarelos e ressequidos. Como curiosidade, refira-se que uma das formas encontradas para o aproveitamento dos montes e outeiros, foi a construção nas encostas de socalcos,

arduamente preparados e escavados pelos pioneiros da Régua.

O aprofundamento do metodo cooperativo no Alentejo ao nivel do mundo rural tem potencialmente todas as condições, e a experiência que vimos analisando é, de alguma forma, prova disso, para uma correcta relação homem-terra, para um correcto aproveitamento das potencialidades agrícolas e pecuárias que possuímos, para a procura de outras soluções e inovações tecnológicas. Os seus objectivos visam a satisfação das necessidades dos homens, bem como a protecção, a todos os niveis, da sua ética e valores, condições que possibilitam a sobrevivência e independência, pilares ancestralmente responsáveis pelos conflitos. Um correcto e equilibrado relacionamento com as condições físicas e ecológicas do meio está apenas dependente do aprofundamento do esclarecimento e da educação, sectores onde tem havido graves deficiências.

Aprofundemos então a reflexão sobre os obstáculos que têm impedido um normal desenvolvimento do Cooperativismo nesta região, considerando também que esse quadro económico-social é potencialmente um instrumento de acção global, integrado e ecológico.

No último Congresso da Aliança Cooperativa Internacional foi feita uma reflexão sobre a actualidade dos Principios Cooperativos definidos pelos Pioneiros de

Rochdale em meados do sec. XIX, nos arredores de Manchester. No essencial constatou-se que os Principios definidos pelos modestos tecelões permanecem actuais. A sua moderna redacção é a seguinte: 1-Solidariedade e compromisso mútuo, 2- Igualdade e exercicio de democracia, 3- Gestão de Serviço, 4- Equidade e proporcionalidade 5- Desenvolvimento da Educação.

Genericamente podemos considerar como adquirido que independentemente de razões institucionais e de gestão, as principais razões que têm contribuido para o insucesso de muitas experiências se prendem essencialmente com a falta de vida democrática, entendida em sentido lato e na perspectiva cooperativa, nomeadamente:

- 1- A adesão a uma Cooperativa faz-se de livre vontade e nunca compulsivamente.
- 2- A ideia de adesão aberta a todos e de não discriminação é fundamental.
- 3- Os membros devem apresentar entre si um certo grau de homogeneidade e interesses comuns sobre os quais possa assentar o sentido da solidariedade.
- 4- A democracia mede-se tanto pela participação activa dos membros, como pelo resultado dos escrutínios.

- 5- Não devem existir nas questões fundamentais influência do exterior.
- 6- Uma Cooperativa democrática investe na formação e sabe aplicar disposições para a formação de responsáveis a todos os níveis.
- 7- Uma Cooperativa democrática não concede aos seus responsáveis eleitos, e membros da sua direcção nenhum privilégio ou favor do qual o conjunto de cooperadores não possa também beneficiar.
- 8- Numa Cooperativa democrática todos os relatórios e informações são dados sob uma forma e uma linguagem facilmente compreensíveis e devem estar a disposição de qualquer grupo minoritário.
- 9- A profundidade da democracia avalia-se pela importância das decisões tomadas que têm origem em sugestões feitas pela base dos cooperadores.
- 10- Ao fim e ao cabo não é necessário, nem desejável, que todos estejam de acordo, mas sim que todos participem.

Evidentemente que não vamos aqui afirmar que a experiência Cooperativa que estamos estudando e que tão

bons resultados tem dado a nível económico e social é o paradigma onde se aplicam todos os aspectos referidos. Mas quem nos últimos anos conheceu minimamente de perto algumas Cooperativas Alentejanas não pode deixar de constatar que se estava, por exemplo, muito longe de uma autêntica vida democrática entendida nos aspectos referidos. A centralização de decisões, a pouca participação nas assembleias gerais, a falta de independência e o abandono por completo do papel educativo num contexto de analfabetismo e ignorância são realidades que se estão pagando muito caro. Pelo facto de não se encontrarem previstos mecanismos de descentralização de decisões, a complexidade de gestão de uma empresa nos dias de hoje é um factor de desencorajamento. Por outro lado, o âmbito no qual os sócios são admitidos e solicitados a desempenharem um papel activo na cooperativa é muitas vezes limitado. A tradição desencoraja, por vezes, a participação de mulheres e jovens. A presença de uma influência exterior, onde já se adivinha uma clara intenção, leva os sócios a ficarem diminuídos e a apagarem-se na passividade. Se a participação efectiva é um índice revelador de autêntica democracia, podemos então dizer que grande número de cooperativas não são organizações democráticas. Para acrescentar a todos os problemas referidos assinala-se que houve muitos rurais que se

integraram nas cooperativas porque era a única forma de emprego, embora com os mesmos valores com que trabalham para o patrão. É evidente que daqui deveriam advir más consequências: Se a economia e as novas técnicas se encontram na era da cibernética a educação cooperativa e o aprofundamento da democracia não podem estar na era da idade da pedra.

Interessa concluir esta breve reflexão sobre as potencialidades do Cooperativismo Agrícola a partir das más e boas experiências existentes, olhando para o futuro. Não nos esqueçamos que as principais características que estão habitualmente na base do Cooperativismo estão aqui muito vivas: dificuldades de emprego e existência de comunidades humanas que têm necessidades comuns e que podem satisfazê-las, fazendo causa comum na acção e unidade. Essa conclusão só pode no entanto ser completa com uma pequena reflexão sobre o papel do Estado neste processo. As cooperativas surgiram com um forte apoio estatal, que no início se revestiu de aspectos paternalistas, que fruto da evolução política depressa se desvaneceu. Como acontece em todo o mundo o Estado tem fortes responsabilidades no fomento da doutrina cooperativista, respeitando, no entanto, a sua independência. O nosso Estado, depois da legalidade ter sido estabelecida e no novo quadro daqui nascido, sobretudo pela omissão e quando as cooperativas

necessitavam de grandes apoios, a todos os níveis, incluindo predominantemente o apoio técnico, permitiu com a sua passividade, que apenas um Partido lhes continuasse a dar, a este nível o mínimo de respostas. Por outro lado, as cooperativas, com algumas excepções, não tinham qualquer outra alternativa. Qualquer pequena transformação, por mais simples que seja, da estrutura fundiária e considerando neste caso as adversas condições físicas, bem como a complexidade da realidade económica-social, necessitaria de um apoio e de um empenhamento diferente. Não se podem fazer alterações fundiárias quase exclusivamente com analfabetos. O papel do Estado não pode continuar a ser nesta região o de destruir experiências cooperativas, por demais erros que lhe possam ser apontados. O Estado deveria compreender que o Cooperativismo é a escola da independência e que quanto mais o movimento fosse apoiado e dinamizado mais as cooperativas seriam equidistantes de todas as organizações. Evidentemente que não se está a nível global a pedir privilégios de qualquer natureza. Tanto o sector privado como o cooperativo têm a sua função e legitimidade face à lei e são complementares. Esta reflexão procura contribuir para esclarecer a função do Estado, com todas as suas responsabilidades, numa realidade específica. Quanto mais os cidadãos forem capazes de se dedicar sózinhos a actividades de produção,

ou a outras funções económicas, mais o Estado ficará aliviado das suas responsabilidades. No Alentejo, terra ancestral de privações e desemprego, esta verdade é mais absoluta. Situações conflituais gerem-se com equilíbrio e bom senso. Refira-se a propósito que o próprio movimento cooperativo está desejoso de reorientar-se e independentizar-se. O que não pode acontecer é ficar em aberto o espaço de emprego e de economia local que era ocupado por cooperativas que se foram extinguido, por ausência de apoio, voltando à superfície as razões desagradáveis que estiveram na origem do seu aparecimento.

Como pequena conclusão desta reflexão considere-se que o método cooperativo tem potencialmente todas as condições para se desenvolver nesta região, onde por razões, históricas, económicas e culturais tem o seu espaço próprio. E para isso necessário que o Estado desempenhe a vocação que naturalmente lhe está atribuída: funções de regulação social, instrumento de aperfeiçoamento colectivo.

Fruto das suas características próprias, a cooperação económica e social ao procurar servir sobretudo os homens em todas as suas dimensões, apresenta condições para um relacionamento físico equilibrado com a biosfera. A consciência de que o nosso planeta é um espaço alugado a prazo ao homem a desenvolver através do fomento da

educação, como factor vital do cooperativismo pode possibilitar um aperfeiçoamento agrícola tendente a integrar economia e ecologia.

Numa lógica de sistema teremos que concluir que a nossa comunidade se caracteriza por possuir um sistema em equilíbrio com o meio e que, ao contrário das comunidades vizinhas, revela grande capacidade de atracção e expansão. Como já tivemos oportunidade de referir através da análise às cartas de capacidade de uso do solo, as potencialidades agrícolas da nossa comunidade são nitidamente inferiores às do Lavre e semelhantes, para pior, às de S. Geraldo. Como referimos, no momento adequado, cerca de dois terços dos fundadores eram naturais dessas comunidades, o que fortalece ainda mais tudo o que referimos ao nível da explicação das características próprias dessa comunidade: o poder começar do princípio, o ter construído uma subcultura, o ter continuado a cooperação na economia.

Evidentemente que as pessoas são as mesmas, não são de forma alguma extraterrestres, e que apenas o facto de se terem deslocado meia dúzia de quilómetros, com substanciais diferenças ao nível do estatuto de posse da terra, naquela situação histórica, lhes criou condições para culturalmente e economicamente se assumirem de uma forma radicalmente diferente. No novo sistema entrava fundamentalmente uma nova atitude, grandes expectativas

de libertação e auto-suficiência e trabalho, muito trabalho. Dele saía independência económica e social, solidariedade e necessariamente o instrumental cultural que lhe desse consistência, coesão e dinamismo. O poder atractivo deste sistema exerceu-se ao longo destes 90 anos de uma forma fundamentalmente material, o que é compreensível dada a situação vivida: todos têm casa, todos têm uma pequena propriedade que exploram directamente, todos vivem razoavelmente, todos se entreadjudam, não há ricos nem pobres, todos convivem, todos os tratam com dignidade. O seu poder atractivo repercutiu-se inclusivamente nos quadros técnicos dali naturais e que ali permanecem ligados: o economista da Cooperativa deixou a Universidade em Lisboa, onde era docente e ali se fixou. A Dra Anastácia Salgado, investigadora, apesar de viver em Lisboa ali continua a intervir em variados domínios. Dois engenheiros agrários que se formaram em Évora ali exercem a sua actividade profissional...

No entanto novos desafios se colocam hoje a comunidade e à região. Para além do problema da integração num espaço aberto, uma vez que temos que encontrar o nosso subsistema no complexo sistema agrícola Comunitário, há outros problemas. Vai-se tomando consciência que a problemática da agricultura no sul da Europa e particularmente no Alentejo, não se reduz

apenas a um simples problema de repartição da terra, ou mesmo de reforma do sector agrário, mas sim também, a um problema de modelo de civilização onde deveremos questionar tecnologias, critérios de gestão, instituições e valores, até agora aceites por adequados e correctos. Para além do problema social e económico, que necessariamente terá que produzir mais justiça social e riqueza há outros obstáculos, pelo menos tão importantes que se colocam ao homem.

Teremos de pôr em pé de igualdade com o problema da necessidade de desenvolvimento e transformação do mundo económico e social latifundista que em parte ainda subsiste, o problema da ética de produção dominante. Não se trata de exigir sistemas produtivistas bem como uma agricultura que maximize os rendimentos. Face a observação e aos indícios que nos chegam parece-nos que o caminho correcto é antes a obtenção do rendimento optimo compatível com a qualidade dos produtos, a estabilidade dos ecossistemas em que se desenvolve a fertilidade e a perenidade dos solos entendidos como um dos recursos mais escassos da humanidade. A análise aos fluxos de energia nos sistemas agrários pode fazer descobrir questões surpreendentes. A exploração familiar que se socorre de resíduos orgânicos pode atingir uma boa eficiência: mantém os ecossistemas e produz os bens necessários. Em contrapartida as modernas explorações

agro-pecuárias industriais que se socorrem sistematicamente de energia exterior ao sistema são tão ridículas e desajustadas do desenvolvimento rural futuro, para onde temos de caminhar, como as explorações latifundiárias, ainda que por outras razões, apesar de utilizarem os métodos empresariais e tecnológicos mais evoluídos do fim do sec.XX.

Gostaríamos ainda de referir, que as conclusões desta pequena dissertação colocam necessariamente em causa o conceito de capacidade de suporte, pelo menos em relação ao Alentejo. Evidentemente que teremos de concordar com Devey quando refere que a Revolução Agrícola multiplicou por cem a população em oito mil anos e paralelamente em apenas trezentos anos a Revolução Industrial aumentou a população dez vezes e que como é óbvio, há um limite de crescimento num espaço com recursos limitados. No entanto esta experiência demonstra-nos que no Alentejo há possibilidades de fixação e desenvolvimento para o homem que não estão convenientemente aproveitadas, mesmo em relação apenas ao mundo agrícola. Pelo menos esta experiência coloca-nos dúvidas sobre a possibilidade que temos de estancar o êxodo rural que continua a verificar-se. A capacidade de suporte pode também ser, em algumas situações, o limite do nosso engenho, da nossa inteligência e criatividade. Como verificámos modificações na posse da terra geraram mecanismos culturais e

económicos, bem como potencialidades não exploradas que interagindo produziram prosperidade, mesmo nas condições físicas mais adversas. Evidentemente que as realidades são sempre diferentes e a história não se repete. O estimular outras experiências onde sejam envolvidas as mesmas características, ainda que de formas diferentes, pode também gerar outras boas soluções.

Como se concluiu e é minimamente constatável há que repensar sériamente o problema do Sistema Educativo: o formal encontra-se desajustado da realidade, o não formal não pode nos dias de hoje, neste caso concreto, ser de responsabilidade das Cooperativas. A criação de mecanismos que possibilitem uma segunda oportunidade educativa, bem como o aperfeiçoamento profissional, é uma missão que qualquer Estado moderno não pode engeitar.

Como conclusão final, gostaríamos de referir, a nova atitude científica em que esta pequena dissertação se procurou colocar. A visão disciplinar no âmbito das ciências sociais, desenvolvida através da dedução e da observação participante no segundo capítulo, não permitiu encontrar os eixos interdisciplinares que procurámos identificar. A abordagem ecológica onde procurámos colocar a reflexão realizada procurou interligar o homem no contexto da sua teia social com a natureza física e biológica que o pretende limitar e orientar. A perspectiva de Ecologia Humana, como nova atitude

científica, procurou assim compreender a interacção dos dois aspectos referidos, entendidos, por sua vez, como dois sistemas complexos que interagem.

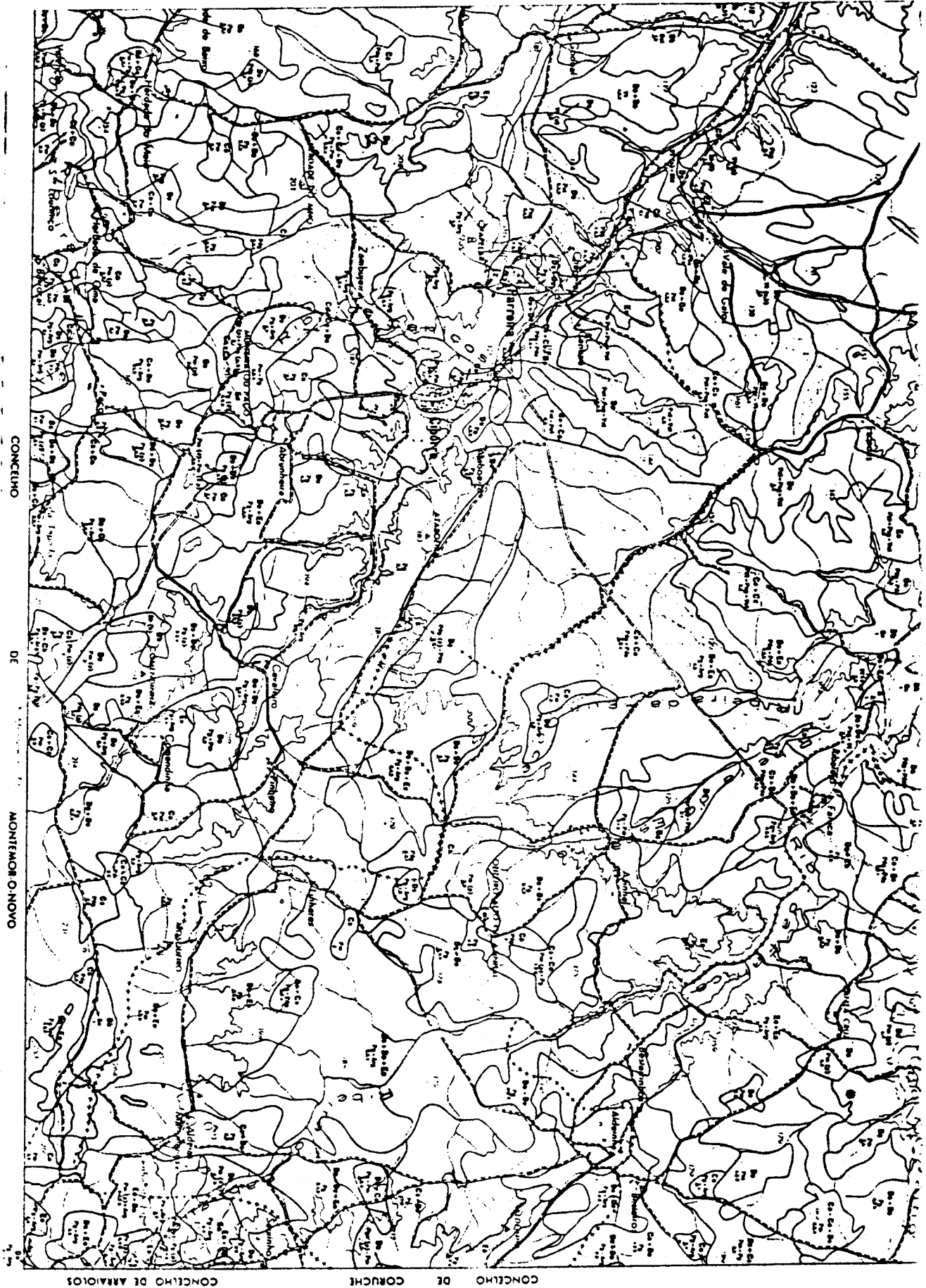
A atitude de relacionamento e de interligação entre os diferentes inputs disciplinares, bem como a sua unificação metodológica, surge-nos, no presente momento, como principal desafio do pensamento científico.

O final deste século tem demonstrado, com evidência, que as ideologias totais, bem como as explicações meramente disciplinares, são um dos mitos a banir da nossa lenta evolução.

A atitude global a nível científico que teremos que desenvolver, encontra na visão sistémica, entendida como um todo formado a partir de factos em interdependência, bem como na Ecologia Humana, o seu novo caminho.

ANEXOS

ANEXO I

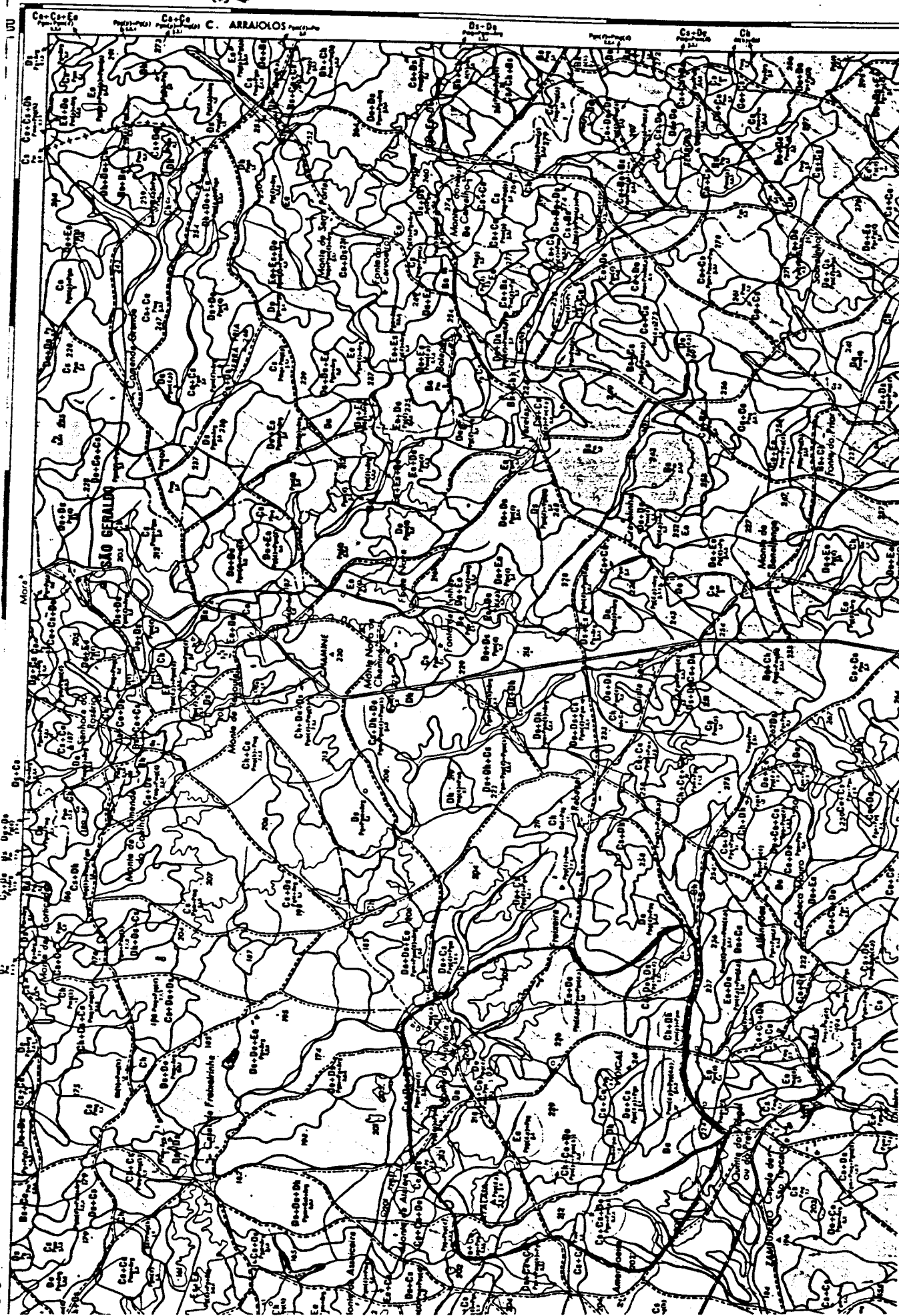


CONCELHO DE

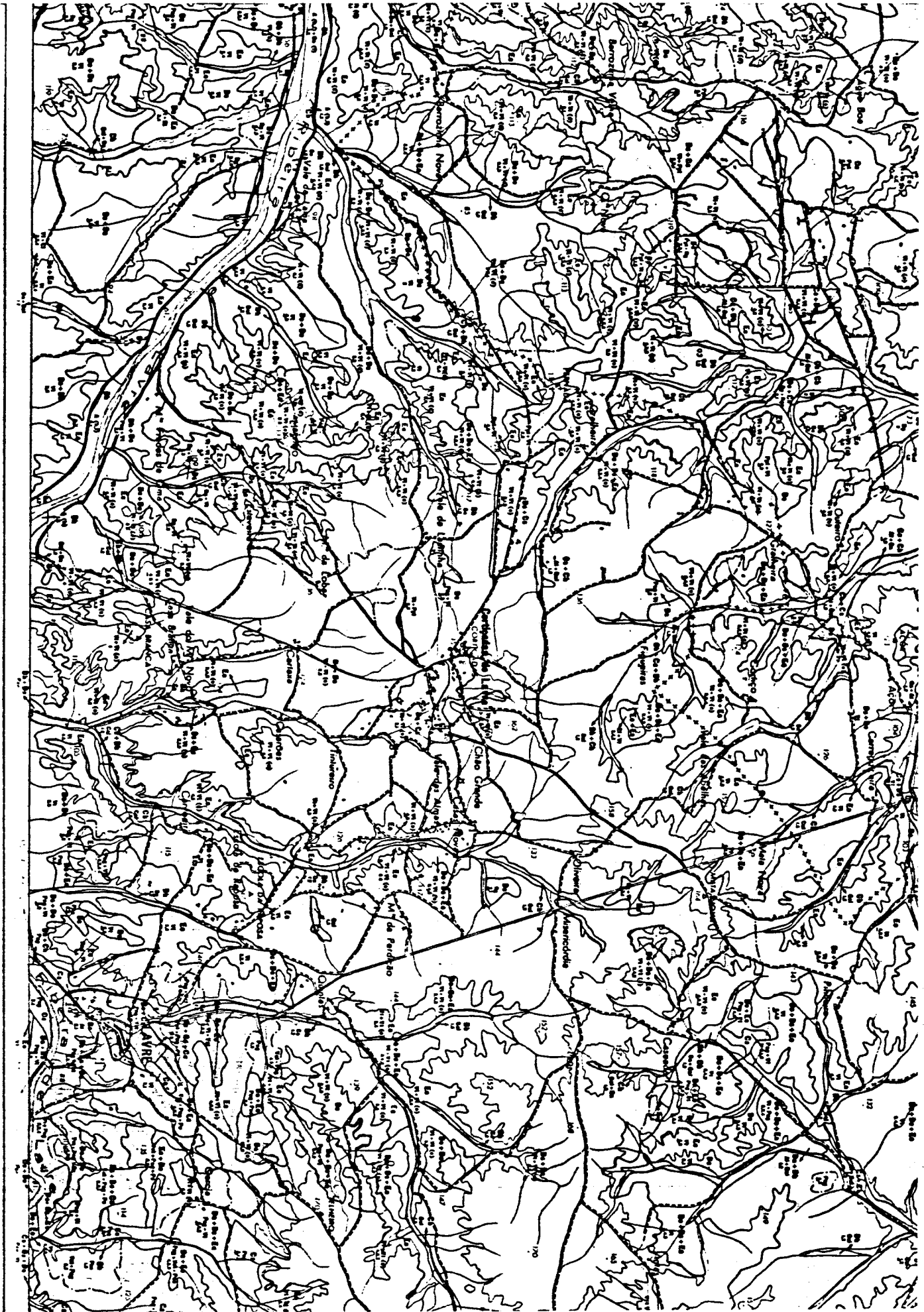
DE

MONTENOR O NOVO

CONCELHO DE ANAIOLOS
CONCELHO DE CORUÇHE
CONCELHO DE



ANEXO III



BIBLIOGRAFIA

- Barros, Henrique, Economia Agraria, 1948, Volume I, Sa da Costa, pag. 415-416.
- Cutileiro, Jose, Ricos e Pobres no Alentejo, Sa da Costa, 1977.
- Hawley, Amos, Ecologia Humana, Editorial Tecnos, Madrid.
- Lopes, Hernani, Grilo, Eduardo, Nazareth, J. M., Aguiar, J., Gomes, J. M. Amaral, J. Pena, O Desafio dos anos Noventa, L. H. D., Lisboa 89.
- Morin, Edgar, Sociologia, Publicacoes Europa America, 1984, Lisboa.
- Nazareth, J. Manuel, O Envelhecimento da Populacao Portuguesa, Editorial Presenca, Lisboa.
- Odum, Eugene, Ecologie, Doin Editeurs, Paris.
- Olivier, Georges, La Ecologie Humane, Oikos Ediciones, Barcelona.
- Picao, Silva, Atraves dos Campos, D. Quixote, 1983.
- Varios, Congresso Sobre o Alentejo, Volumes I, II e III, Associacao de Municipios do Distrito de Beja, 1985.

